

# Difícil execução do orçamento da União

nomia

O ESTADO DE S. PAULO — 3.

OLIVIER UDRY

A execução do orçamento consolidado do governo federal corre sérios riscos em 1987. Uma série de fatores que permitiram às autoridades encerrar o ano passado com um pequeno déficit de caixa (Cz\$ 40,8 bilhões) não se repetirão agora, o que significa que as necessidades de financiamento do setor público continuarão certamente a pressionar as taxas de juro. A análise é do professor de economia da USP, Carlos Alberto Longo, a

partir de algumas projeções que ensaiou para 1987, embora o governo ainda não tenha definido algumas variáveis-chave de seu orçamento. Uma delas — o orçamento geral da União — foi encaminhada ao Congresso em agosto de 1986, mas encontra-se totalmente desatualizada por ter sido elaborada com uma inflação totalmente irreal. O Programa de Dispêndio Global das Estatais também não é conhecido, embora costumemente seja divulgado e aprovado em janeiro. "Talvez faltem justamente as previsões de inflação", supõe Longo, que lamenta a ausência da programação monetária, já que ela foi abandonada sob a Nova República.

"Sob certos aspectos, diz o professor, a informação e a transparência das contas públicas deixam muito a desejar em relação ao que se dispunha no último governo." Mesmo assim, ele formulou uma consolidação do orçamento do governo fe-

Brasil, Governo Federal			
Orçamento Consolidado (Cz\$ bilhões)			
	1986	% do PIB	1987**
Despesas*	1647	44,5	4.941
Orçamento Fiscal	500	13,5	1.500
Sistema Previdenciário	200	5,4	600
Empresas Estatais	600	16,2	1.800
Bancos Oficiais	300	8,1	900
Contas Monetárias	47	1,2	141
Receitas	1547	41,8	4.841
Orçamento Fiscal	395	10,6	1.185
Sistema Previdenciário	200	5,4	600
Empresas Estatais	540	14,6	1.620
Bancos Oficiais	300	8,1	900
Contas Monetárias	112	3,0	336
Necessidade de Empréstimo	100	2,7	300
Operações de Crédito	60	1,6	180
Colocação de Títulos	92	-2,5	120
Aumento de Base	133	3,6	-
PIB	3700	100,0	11.100

Fonte:

OGU, SEST, BACEN

\* Exclui amortização da dívida

\*\* Estimativa (inflação 200% a.a.; crescimento zero).

deral, projetando uma inflação anual de 200% e levando em consideração algumas mudanças nas fontes de financiamento do déficit. Isso porque, em 1986, o governo beneficiou-se da monetização da economia após o Plano Cruzado e pôde bancar parte do déficit com emissões, o que não se repetirá em 87: "A aceleração inflacionária elimina essa possibilidade e O governo terá que substituir as emissões por colocação de títulos".

Outros fatores afetarão o fluxo de caixa das autoridades: a necessidade de uma política tarifária mais realista para não distorcer ainda mais os preços dos insumos básicos; o esgotamento das reservas cambiais; a volta da inflação; a reindexação dos salários e as perspectivas iminentes de queda no nível da atividade econômica. Longo acrescenta que a diversificação de fontes de recursos oficiais tem aumentado e que a soma das receitas do governo federal chega a quase metade do PIB, ou

seja, cerca de US\$ 132,55 bilhões. Desse total, 60% são gastos com custo, 20% com pessoal, 10% com pagamento de juros e 10% com investimentos. Pelo lado da arrecadação, aproximadamente 40% provêm de tributos e contribuições variadas, enquanto o resto é originado de tarifas e preços administrados. "Um orçamento confiável poderia ser feito desde que os três segmentos do setor público — fiscal, empresarial e monetário — pudessem ser claramente visualizados. Mas existe uma rede tão complexa de transferência de um para outro, que é praticamente impossível fazer previsões."

## DÉFICIT DE 2,7% DO PIB

Longo explica que apesar de um déficit de caixa de apenas Cz\$ 40,8 bilhões em 1986, o déficit econômico deve ter ficado em torno de 4% do PIB, ou seja, cerca de Cz\$ 150 bilhões: "O Brasil perdeu em torno de US\$ 3 bilhões de reservas, houve Cz\$ 45 bilhões de subsídios à agricultura, além da defasagem em algumas tarifas e preços públicos, queda dos juros sobre a dívida mobiliária e atrasos nos pagamentos. Não se deve esquecer também que as emissões totalizaram Cz\$ 133,4 bilhões".

De acordo com as projeções para 1987, Longo estima que o déficit de caixa passará para Cz\$ 300 bilhões (vide tabela). Em 1986, se forem incluídas as operações de crédito para as estatais, o déficit tem de ser recalculado e passa a totalizar Cz\$ 100 bilhões, contra os Cz\$ 40,8 bilhões apurados pelo governo e que indicariam aparentemente uma política fiscal apertada. "Mas sem a consolidação do orçamento do governo federal não é possível analisar corretamente a alocação dos recursos. Se a única dificuldade para fechar as contas fosse de natureza financeira, a solução viria com um aumento linear das receitas e/ou um corte linear dos gastos. Mas isso não corrigiria distorções de preços defasados e de subsídios implícitos nas contas monetárias."